



TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONTEXTO DA DÉTENTE NA GUERRA FRIA: NOVAS ABORDAGENS A PARTIR DO NEOLIBERALISMO, MARXISMO E NEORREALISMO

Jonathan Guedes da Silva Ricardo¹
jonathanguedesricardo@gmail.com

RESUMO

O presente artigo científico, consubstanciado por revisão de literatura e reflexões filosóficas que vão sendo tecidas, tem como propósito apresentar como o contexto que ficou conhecido como *détente*, marcado pela aproximação entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no início dos anos 1970, legitimou o desenvolvimento de novas abordagens sobre a teoria das Relações Internacionais e seus debates paradigmáticos internos. As três correntes que serão abordadas neste trabalho são as do neoliberalismo, que ganhou um novo espaço naquele momento histórico, o marxismo – como uma abordagem que vem da periferia literária para contribuir com novos olhares sobre a disciplina – e o já conhecido neorrealismo. O objetivo deste trabalho é criar novos caminhos para que se pensem os arranjos que se desenrolaram historicamente no que se refere às discussões inter-paradigmáticas que giram em torno das Relações Internacionais. Ao fazer um percurso que se inicia na década de 1970 e percorre os anos até a queda da URSS, as correntes aqui apresentadas se revelam não simplesmente como um conjunto de teorias científicas, mas sobretudo visões de mundo que buscavam explicar os acontecimentos – dos mais simples aos mais inesperados e, por isso, complexos – que vinham sendo acompanhados com perplexidade pela comunidade internacional, e do qual inevitavelmente nós fazemos parte.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Neorrealismo; Marxismo; Relações Internacionais; *Détente*.

ABSTRACT

The present scientific article, based on literature review and philosophical reflections that are being woven, aims to present as the context known as *détente*, marked by the approximation between the United States of America (USA) and the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) in the early 1970s, legitimized the development of new approaches on International Relations theory and its internal paradigmatic debates. The three currents that will be approached in this work are those of neoliberalism, which has gained a new space in that historical moment, Marxism - as an approach that comes from the literary periphery to contribute with new looks on the discipline - and the

¹ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisador em educação e migração internacional no grupo de pesquisa “Procesos socioculturales e históricos de México” pela Universidad de Guadalajara. É pesquisador associado ao grupo de pesquisa “Formação de Professores, Pedagogias Decoloniais e Interculturalidade: Agendas Emergentes na Escola e na Universidade” pela UNIRIO.



already known Neorealism. The objective of this work is to create new ways of thinking about objects and all the epistemology that revolves around International Relations. In making a journey that began in the 1970s and runs through the years until the fall of the USSR, the currents presented here are revealed not simply as a set of scientific theories, but mainly visions of the world that sought to explain events - from the simplest to the most unexpected and therefore complex - which had been accompanied with perplexity by the international community, and which inevitably we are part of.

Keywords: Neoliberalism; Neorealism; Marxism; International relations; Détente

INTRODUÇÃO: O FORTALECIMENTO DO NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO DA DÉTENTE

Nos anos 1970, em se tratando da análise das relações entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), é perceptível o relaxamento na tensão entre as duas superpotências. Não por acaso, é muito comum que entre internacionalistas se reconheça nesta década como a da *détente*. Este, digamos, congelamento nas políticas agressivas entre as duas, das quais podemos citar a corrida armamentista/ nuclear, permitiu que se desenvolvessem canais mais eficientes e simbólicos de negociação entre as duas partes, tendo em vista que, ao menos, o *status quo* dos dois lados estava assegurado com os acordos que se desenhavam.

É neste cenário da política do “um passo para trás” que a corrente liberal encontra uma oportunidade para voltar ao centro da mesa que, pela sua posição, ilumina as visões sobre as relações internacionais, após uma fase em que o realismo era quem dava as cartas. Primordial afirmar, no entanto, que o liberalismo aplicado às Relações Internacionais está distante de ser uma corrente em que prevalece o consenso das premissas desenvolvidas por seus estudiosos, assim como o próprio realismo, por exemplo.

Lembrando que os EUA não precisaram se reconstruir depois da II Guerra Mundial, mas, pelo contrário, financiaram a reconstrução de muitos parceiros pelo globo, entre eles os europeus. Os soviéticos, por sua vez, perderam muitas vidas.

A economia, em face da *détente*, passa a se elevar e a integrar a agenda de prioridades seja no âmbito interno dos Estados – principalmente em se tratando dos EUA –, seja nas construções que iam sendo arquitetadas no contexto internacional. A necessidade da retomada do desenvolvimento econômico, sobretudo a partir da análise, seja de americanos como de soviéticos, de que a corrida estava impactando seriamente suas economias. O cálculo de ambos os lados é: necessitamos, com urgência, revisar os aspectos dessa corrida armamentista. Até porque esse movimento desenfreado poderia levar a hegemonia americana a entrar numa crise.

Somado ao fato de que a própria capacidade militar soviética já alcançava um patamar que se equilibrava à dos EUA, era delicada a situação norte-americana em preservar a paridade ouro-dólar. Segundo a análise de Oliveira, Maia e Mariano (2008, p. 196),

A substituição do padrão dólar-ouro pelo padrão dólar-flexível a partir do início dos anos 1970, contudo, concorreu no sentido de potenciar a



instabilidade imanente a uma economia monetária de produção, exercendo efeitos negativos sobre a dinâmica econômica. Donde a emergência da Ásia na condição de região econômica afluenta tem se mostrado insuficiente para viabilizar a estruturação de um arranjo monetário internacional capaz de evitar oscilações cambiais e monetárias bruscas e inesperadas e, ao cabo, dar curso a uma nova fase de prosperidade do capitalismo.

Se no realismo temos a visão de um cenário internacional caracterizado pela anarquia, ou seja, pela ausência de um poder que concentre a governança e o ditame de regras de todo o coletivo de Estados, em que autores influentes defendem a análise da distribuição das capacidades dos Estados e que estes últimos figuram como os atores principais das relações internacionais, na visão liberal temos concepções completamente diferentes.

Ao fazer suas críticas ao realismo, os liberais começam afirmando que ao analisarem a questão do poder como sendo o fator mais importante, aquela questão se torna alguma coisa abstrata, pois os próprios Estados possuem percepções diferentes sobre o que é poder. Assim, o conceito se torna insuficiente em termos de apreensão da realidade.

Se do ponto de vista neorrealista o enfoque está nos ganhos relativos de cada Estado no meio internacional, cuja reflexão é porque determinado país, num processo de troca internacional, tem mais vantagem em fluxo do que outros, o neoliberalismo tem nos ganhos absolutos a sua perspectiva, pois o importante é que cada Estado, em observação a determinados cálculos, potencialize ao máximo seus ganhos.

O sistema internacional é marcado, segundo os liberais, pela interdependência complexa entre os Estados, na qual uma decisão tomada num determinado país impactará, direta ou indiretamente, e em diferentes graus, diferentes países do mundo. Portanto, na concepção dos liberais, surge uma questão: tamanha é a dependência dos Estados que isso acaba gerando mudanças significativas na maneira como os governos tomam suas decisões quando essas têm o poder de produzir efeitos para além das fronteiras nacionais.

Por outro lado, aquela ideia das agendas que se dividiam em *High Politics* e *Low Politics* e que implicava maior atenção – por parte dos Estados na execução e também dos autores realistas na reflexão – aos temas da primeira agenda acaba dando lugar às *Linkage Politics*, que seria a junção de todos os temas que antes estavam ou na “alta” ou na “baixa política”. Essa junção é permitida, como pode ser percebido, pela *détente*.

Os liberais, finalmente, defendem que o Estado já não é mais o protagonista do palco internacional, mas os indivíduos, as organizações internacionais, as empresas multinacionais, as organizações não governamentais, etc. Basta que se olhe que são os indivíduos que estão na linha de frente das negociações que muitas vezes escapam ao controle dos Estados, por exemplo. Mesmo que se continue considerando o Estado como um ator da linha de frente, esse título ele dividirá com os demais personagens anteriormente citados.

A FILOSOFIA DA CIÊNCIA PARA COMPREENDER A DÉTENTE

Para Karl Popper, uma proposição/teoria/premissa não deveria ser apreendida como sendo verdadeira ou falsa segundo testes que busquem reforçar seu caráter



verídico e autêntico, mas com testes que busquem refutar, contestar os aspectos que se apresentam na construção dada. O conjunto das teorias científicas não precisa necessariamente se desenvolver para que continuem sendo teorias científicas. Basta, sim, sobreviver aos constantes testes e análises que buscam falsear suas premissas.

A lógica, portanto, é de que a ciência deve correr riscos para não perder sua credibilidade. Aliás, é aquele ditado: quem não deve, não teme. Uma teoria considerada “boa” é aquela que se coloca diante da possibilidade de ser derrubada e que resiste a essas investidas. Na medida em que não é falsificada, mais determinada teoria se fortifica, se corrobora por sua própria força. Por outro lado, uma teoria que se mostra intocável é falsa, até porque pode muito bem apontar para um ciclo de vício perigoso para o chamado progresso da ciência (POPPER, 1980).

Thomas Kuhn, por sua vez, trará uma importante contribuição para a ciência. Para ele, o paradigma vai envolver a capacidade de se levar um norte, um horizonte promissor de resolução de problemas para os cientistas em determinada época. Neste sentido, a teoria será processada como um simples elemento, já que pode ser compreendida como um conjunto de proposições assumidas conscientemente pelos acadêmicos e que precisa estar de mãos dadas com o contexto, com a moral pública e com o fato de fazer parte da agenda de discussões da ciência.

Num dado momento, o paradigma pode começar a não dar mais conta de explicar e/ou resolver os problemas de determinado cenário, o que levará a uma chamada crise revolucionária da ciência. Neste caso, surgirão, fruto da mobilização de novos pensamentos e novos debates, um conjunto de proposições que, quando permitam uma nova orientação minimamente sustentável para o desenvolvimento da ciência, gradativamente substituirão aquelas ultrapassadas ou que fracassam em algum aspecto. Essas novas construções, por conseguinte, levarão a humanidade e, em particular, os cientistas, a um novo paradigma, e assim sucessivamente. Percebe-se que todo esse trajeto de constante construção e desconstrução é o que permite o crescimento/desenvolvimento maduro da ciência.

No período de digamos estabilidade da ciência, em que impera de uma maneira geral uma determinada visão de mundo entre os cientistas, ele chama de ciência normal. Em seu ensaio “A Estrutura das Revoluções Científicas”, Kuhn (1998, p. 29) considera que:

[...] “ciência normal” significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são conhecidas por durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior.

Imre Lakatos, filósofo húngaro, defendia que, em se tratando de conhecimento científico, o chamado núcleo duro representa as hipóteses que, fundamentais que são, não podem ser questionadas. São imutáveis no curto prazo. No raciocínio que aqui se prega, seria até mesmo uma estratégia de sobrevivência do campo da ciência, pois se imagine a desordem que seria a existência de mais de um núcleo: cada quem defendendo suas próprias convicções de maneira desordenada, carregada de interesses – imparcial –, sem necessariamente fazer uso de um método razoavelmente confiável, etc. É necessário, portanto, todo um processo na qual a mediação e a sensatez sejam possíveis.



As teorias e hipóteses auxiliares, por outro lado, figuram naquela posição que se convencionou “cinturão protetor” do núcleo duro, “sobre cuja base se estabelecem as condições iniciais” (LAKATOS, 1989, p. 230). Em se tratando dos esforços dos pensadores internacionalistas no contexto particularmente da Guerra Fria, podemos pensar nas hipóteses que eram baseadas nos elementos científicos assumidos pelas diferentes correntes e também pelos diferentes pensadores – dada a diversidade de pontos de vistas –, que buscavam explicações plausíveis para seus objetos de estudos.

A título de exemplo: Determinadas linhas de pensamento podem colocar, ao analisar o comportamento de determinado Estado no contexto internacional em uma época dada, que seus interesses econômicos dão conta de explicar suas políticas estratégicas. Outros podem defender que a razão pode ser compreendida em termos de interesses da busca pelo prestígio, outros podem colocar os interesses militares, por questões ideológicas, ou pela combinação de alguns dos elementos colocados, etc.

Se o chamado primeiro grande debate das Relações Internacionais teve como objeto o debate ontológico, isto é, sobre o estudo do ser e do objeto que estaria em foco na disciplina, e se no segundo debate tivemos um debate sobre a maneira como estudá-los, neste terceiro debate temos as discussões em torno seu caráter interparadigmático. Neste último, temos realismo, liberalismo e correntes radicais disputando espaços nas Relações Internacionais.

COM A DÉTENTE, A SÍNTESE “NEO-NEO”

Com a *détente* o que se vê é um cenário que pode ser analisa sob a ótica tanto do neorrealismo como do neoliberalismo. Se de um lado as premissas do realismo ainda dão conta de explicar o cenário internacional, de outros eventos como a globalização do sistema financeiro e tecnológico que, por sua vez, conecta o mundo de uma maneira cada vez mais surpreendente, escapam ao seu controle. A corrente neoliberal, por sua vez, tem nisso a oportunidade de voltar ao palco.

Os anos 50, 60 e 70 são marcados pelo crescente número de independências políticas de países pelo mundo, principalmente no continente africano. É o exemplo de Moçambique, Argélia, Nigéria, Marrocos e Camboja. O surgimento desses países, localizados geograficamente – em seu sentido mais político possível – na periferia do mundo, faz surgir a reivindicação de novas pautas que mobilizem esforços na luta contra a pobreza, a fome e as acentuadas desigualdades presentes no mundo. A chamada periferia (que incluía diversas regiões, entre elas a América Latina) está, de um modo geral, unida em torno dessa pauta.

Postas algumas das transformações fundamentais que ocorriam no globo, a interdependência complexa torna-se objeto privilegiado nas discussões de pensadores neoliberais influentes, como é o caso de Robert Keohane e Joseph Nye. Afirmam que a interdependência está longe de ser alguma coisa que não tem pretensões de poder por trás, que não gera conflitos e que é de bom caráter. Trata-se, sim, de uma integração que ocasiona custos inevitáveis e dos quais os Estados precisam levar em conta visando à construção de modelos que permitam que seus impactos sejam os menores possíveis (KEOHANE; NYE JR, 1989).

Era preciso, argumentam os neoliberais, desenvolver premissas que enfoquem um mundo que é dinâmico, marcado pela modernidade dos acontecimentos. As



configurações de poder estavam mudando, e, por isso, alternativas teóricas neoliberais precisam ser acionadas para explicar tudo aquilo que escapava do alcance do neorrealismo.

Moravcsik foi um dos principais articuladores da retomada das concepções teóricas do neoliberalismo para explicar os acontecimentos no mundo. Para ele, a teoria liberal merece ser tratada como uma alternativa paradigmática empiricamente igual e analiticamente mais fundamental do que as outras teorias dominantes nas relações internacionais neste contexto contemporâneo (MORAVCSIK, 1997). Inclusive faz duras críticas ao enfoque demasiado que se dá ao realismo e institucionalismo e a ideia comumente que se tem da corrente liberal como utópica e normativa.

A interrupção das hostilidades, pelo menos até certo ponto, entre EUA e URSS faz com que as capacidades militares já não sejam mais utilizadas para que se alcancem determinadas equações no que é acordado entre diferentes partes. Atente-se ao fato de que a ideia sobre poder começa a ganhar novos contornos nesse sentido. A realidade nos mostra que não é porque o Brasil tem um aparato militar superior ao do Paraguai que poderá forçar este a um acordo que beneficie aquele sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu, por exemplo.

A interdependência é um fenômeno interessante de ser estudado com profundidade na medida em que permite, dentre outros, uma dependência desigual, ou assimétrica, entre os Estados no mundo. Uma vez os Estados dependem um dos outros em algum aspecto, seja ele qual for, a tendência é que a preocupação em se tornar uma presa vulnerável às decisões do outro passe a fazer parte da realidade. Quanto maior a dependência, maior o receio. É inclusive intrínseco à natureza humana.

Keohane trabalha duas ideias dentro desse tópico. O de sensibilidade, isto é, o quão profundo é o impacto – em expressão dos custos – de uma decisão tomada em determinado lugar sobre as outras regiões, e o de vulnerabilidade, entendida como quão custosas são as contrapartidas que visam dar respostas ao impacto criado.

O FIM DA DÉTENTE, A VOLTA À ESTACA ZERO DO NEOLIBERALISMO E O (IMPREVÍSEL) FIM DA GUERRA FRIA

A invasão do Afeganistão pela URSS (1979-1989) abalou profundamente não apenas a *détente*, mas os próprios esforços dos neoliberais em consolidar a centralidade da corrente. Mais uma vez é provado, pelo menos na leitura que se tinha naquele momento, que as políticas de colaborações conjuntas – principalmente enfocando no aspecto econômico – fracassam diante de uma realidade imprevisível. Em termos de demonstração de poder, o emprego das capacidades militares volta com força, derrubando as previsões de Keohane e Nye.

Essa nova queda do neoliberalismo resultou em mais pontos para os neorrealistas. Dali até os anos 1990, eram esses últimos que continuavam na liderança da visão de mundo da disciplina. Keohane, reconhecendo a derrota, tem como alternativa a reformulação de suas hipóteses. Sua concepção sobre o Estado ganha uma nova pintura: passa a ser abordado como uma figura racional. Passando a aceitar mais o caráter anárquico do sistema que tanto era enfatizado pelos realistas, afirma que a perspectiva cooperativa é uma alternativa muito sagaz para minimizar os atritos de um cenário marcado pelo “vale tudo”.



É de uma preciosidade dizer que, na concepção keohaniana, Estados terem interesses comuns está longe da concepção da harmonia de interesses. A ideia de que sujeitos e Estados, mesmo tendo interesses infinitamente diversos, cooperam para o benefício da coletividade em nada tem a ver com os contextos em que sujeitos e Estados possuem seja ele pelo menos um interesse em comum e que, por isso, enxergam que a oportunidade de estabelecerem relações torna-se viável.

O Dilema do Prisioneiro, nesse sentido, emerge como uma estratégia de explicar o que foi destacado no parágrafo anterior. Dados: (i) um cenário marcado pela anarquia, (ii) sujeitos diferentes que são racionais, (iii) interesses em comum e (iv) anseio em reduzir os custos da escolha feita, pode-se concluir, dentre outros, que uma escolha malfeita – que resultará em custos elevados pois se calculou mal seus interesses a partir do interesse do outro – servirá de lição para escolhas num porvir.

A própria criação das instituições incorpora essa demanda em se criar meios de reduzir as incertezas no meio internacional, uma vez que – teoricamente – os órgãos se encarregarão de auxiliar os Estados em suas políticas para com o exterior, de fiscalizar o cumprimento delas e de punir os comportamentos convencionalmente condenáveis.

A instituição produz a sombra do mundo. Sombra no sentido de que os processos que envolvem diferentes atores passarão a ser mais bem estruturados, dando mais estabilidade, neutralidade e certeza jurídica nas operações que forem realizadas.

Com o surpreendente fim da Guerra Fria, os EUA se consagram como o principal pólo de poder econômico e militar no mundo. E como país hegemônico, reordena – desta vez livre de qualquer rivalidade que entre em rota de colisão com sua política externa, pelo menos até certo ponto – toda a conjuntura internacional. Ideias como a do fortalecimento dos países por meio das cooperações comerciais e as próprias instituições que se fortalecem ainda mais com o fim da guerra, levam a filosofia neoliberal norte-americana aos quatro cantos.

CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Karl Marx, em suas construções, não tinha como objeto o Estado tampouco as Relações Internacionais. Não obstante, é significativa sua contribuição como mais uma alternativa para que novos olhares sobre a disciplina se constituam, sobretudo a partir das formulações de autores que foram influenciados pelo marxismo.

Para Marx, a essência do conflito no meio social gira em torno da divisão social do trabalho. Todo o resto seria uma espécie de cortina para encobrir aquela essência. Lembrando que nas sociedades primitivas não se havia a divisão do trabalho, pois todos faziam tudo. Quando da especialização, a divisão do trabalho aparece.

Compreender o marxismo requer tomar como ponto de partida a maneira como as sociedades se organizam com relação à produção. A partir do momento em que surge a propriedade privada, necessariamente um grupo seria expropriado das terras e dos meios de produção. Homens e mulheres podem ser observados, portanto, de acordo com a posição que ocupam tendo como parâmetro a atividade produtiva e a concentração de capital e de meios de produção, pertencendo ou à classe burguesa ou à classe proletária.

Marx, que está pensando o mundo do século XIX, o capitalismo se tornaria o modo de produção dominante a nível internacional. Não obstante, suas próprias filosofias contraditórias levariam, em algum momento, primeiro ao seu estacionamento,



seguido de seu colapso para, finalmente, ser superado por um outro modelo. A própria sensibilidade do sistema com respeito às taxas de lucro, as crises cíclicas e a necessidade de uma constante expansão num mundo que é finito expõem sua vulnerabilidade.

Uma das mais essenciais contribuições que o marxismo trouxe para a disciplina é quando coloca o homem como o autor da história. São suas ações que movimentam o mundo, longe de qualquer preceito religioso ou de outra força para além do humano. Marx bate constantemente na tecla do “contraditório” como marca das relações que se estabelecem entre os homens quando da existência das desigualdades. O próprio entendimento do materialismo histórico propõe esse olhar.

Na leitura marxista, a função do Estado é a de criar mecanismos favoráveis ao pleno funcionamento do capitalismo, atuando em contra dos indivíduos e grupos que questionam a ordem imposta. A organização do Estado é “a organização que a sociedade burguesa a si própria deu para manter de pé as condições exteriores gerais do modo de produção capitalista” (ENGELS, 1974, P. 93).

É no contexto internacional que os proletários de diversas partes do mundo poderiam, por meio do contato, construir todo um trabalho de base para a superação da realidade marcada pelas desigualdades e pela exploração da mão-de-obra dos que não contam com os meios de produção.

A luta, como se pode perceber, é internacional. Se a ordem capitalista é uma só e se a classe burguesa está unida contra a classe proletária, por que esta última deveria ser fragmentada de acordo com os diferentes países? A lógica da exploração é uma só: na França, na Inglaterra ou em qualquer outro lugar no qual impere o capitalismo.

Nesta sintonia, “O trabalho industrial moderno, a subjugação do operário ao capital, tanto na Inglaterra como na França, na América como na Alemanha, despoja o proletário de todo caráter nacional (MARX; ENGELS, 1998, p. 49). Fundamental dizer que a criação de uma identidade nacional por parte do Estado é mais uma estratégia, na leitura marxista, para dividir o proletariado, além de que se cria um sentimento de pertencimento (que une “inimigos” que estão em classes diferentes) que pode colocar por água a baixo toda possibilidade de revolução proletária que se pretende.

Finalmente, deve-se sublinhar que o marxismo, como uma teoria evolucionista, só tem consistência com uma ação prática, em observação ao seu caráter de teoria da práxis. A destruição do Estado burguês torna-se um ideal, para a consolidação do sistema socialista. Sem os Estados, não haveria, nessa linha de pensamento, as relações internacionais.

O IMPERIALISMO DE LÊNIN

Assim como Marx, Vladimir Lenin defendia que era necessário um trabalho de base que envolvesse a classe proletária de todo o mundo para a superação do sistema capitalista. Suas visões, herança do marxismo, representam um novo olhar sobre as Relações Internacionais.

Um dos temas centrais na abordagem leninista é o do imperialismo. Chegará um determinado momento em que dentro das nações capitalistas haverá a demanda pela ampliação do mercado consumidor e produtor, uma vez que a superprodução interna e as quedas das taxas de lucro forçarão os Estados a entrarem em guerra entre si para



atender aos interesses capitalistas por meio da exploração/colonização de novos territórios.

O imperialismo, considerado como uma etapa posterior do capitalismo, acabará levando o sistema ao colapso, na medida em que as guerras e os problemas de limitação já expostos comecem a emergir com profundidade. Moral da história para o pensador: será o capitalismo vítima de seu próprio auge.

Na visão de Lênin (1975, p. 87), o imperialismo, caracterizado pela dominação do capital financeiro, representaria a hegemonia de setores da oligarquia financeira que causaria mais desequilíbrios ainda nas relações financeiras entre os Estados. Repare que se está falando aqui da substituição da livre concorrência pelos monopólios.

É muito ímpar a contribuição de Lênin na medida em que transporta a luta de classes marxista para o plano que envolve a luta dos próprios Estados. A luta de classes, vertical que é, também é levada em consideração em suas reflexões sobre o imperialismo. Mas em se tratando do escopo internacional, é aquele recorte horizontal que prevalecerá em termos até mesmo de superação da ordem capitalista.

Quando enxergam no colonialismo uma possibilidade de crescimento dos interesses do capital, o mundo corre sérios riscos de ser partilhado pelos grupos e potências capitalistas. Intensifica-se ainda mais, diante de toda essa ambição, o monopólio capitalista.

Num Império Russo em que muitos trabalhadores produziam muito e ganhavam tão pouco, a queda de Nicolau II e a assunção de Lênin e Stálin ao poder foi um cenário perfeito que aquele primeiro chamou de quebra da cadeia imperialista no elo mais fraco: um país de potencial até então mediano que acaba de enfrentar uma crise revolucionária e que, por conseguinte, é assumido pelos socialistas.

Aquele cenário cria uma série de incertezas mundo a fora: um país que ao adentrar no sistema político e econômico mundial acaba não se adaptando e, mais, tendo seus problemas multiplicados de maneira gritante. Aquilo era considerado pelos socialistas e comunistas uma amostra grátis do que estaria por vir.

Fundamental não olvidar que após a II Guerra Mundial, a URSS, ainda predominantemente agrária, não contava com uma burguesia interna atuante, mas conseguiu desenvolver de forma surpreendente sua capacidade militar e de influência. Cenário que expõe de maneira significativa o sistema capitalista, e que se não bastasse, acaba levando o próprio cenário internacional a uma nova ordem, caracterizado pela bipolaridade.

MARXISMO E TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Segundo os pensadores da teoria da dependência, um cenário marcado pelas acentuadas desigualdades nas relações de trocas e a própria condição de não desenvolvimento pleno de uma coleção de países ao redor do mundo é produto dos Estados capitalistas do eixo central. As ações desses Estados, que trazem consigo os grandes conglomerados financeiros e as empresas multinacionais, acabam transferindo uma parcela considerável do que é produzido na chamada periferia para suas respectivas sedes.

Esta exploração que alguns autores, como Osorio, chamam de superexploração constitui um sistema que se alimenta da posição de fragilidade de alguns Estados tendo



a lógica capitalista da acumulação de capital que só pode ser superado com a luta contra o imperialismo, segundo Marx.

A superexploração é um mecanismo de compensação que se coloca em marcha frente às transferências de valor das economias dependentes às economias centrais. Mas esse mecanismo, dizem, não deve ser confundido com as formas de aumentar a taxa de mais-valia. A indeterminação da superexploração, e sua assimilação como mera exploração, vista no máximo como exploração agudizada, constituem alguns problemas desta perspectiva (OSORIO, 2013, p. 51).

A política da dependência é de tal forma tão engenhosa que praticamente congela a possibilidade dos Estados mais pobres de se desenvolverem, ao passo que os Estados mais ricos seguem garantindo seu crescimento à custa do suor alheio. Em muitas situações de mãos atadas, a única possibilidade que resta aqueles primeiros é ver suas oportunidades de crescimento em termos financeiros decolar para as economias centrais.

Esta modelo de operação não só “chuta a escada”, no sentido desenvolvido por Chang (2004), como também rebaixa qualquer possibilidade de crescimento produtivo sadio por parte daqueles que estão sendo explorados. O conceito de Deterioração dos Termos de Troca (D.T.T.), de Raul Prebisch, também é parte fundamental dessa discussão:

Essa hipótese podia ser formulada de duas formas distintas: (1) – a baixa elasticidade-renda da demanda por produtos primários, comparada com a alta elasticidade-renda dos produtos manufaturados afetava a determinação dos preços relativos desses dois produtos no mercado internacional; (2) – a baixa elasticidade-renda dos produtos exportados pelos países em desenvolvimento e, reciprocamente, a alta elasticidade-renda dos produtos exportados pelos países desenvolvidos, gerava pressão sobre os custos de produção desses países afetando o comportamento do custo dos fatores, ou seja, mantendo os salários dos países em desenvolvimento relativamente baixos, com referência aos dos países desenvolvidos (PRADO; TORRACA; SILVA, 2014, p. 3)

WALLERSTEIN E O SISTEMA-MUNDO

Dentro do marxismo temos outro pensador fundamental para pensar as Relações Internacionais: Immanuel Wallerstein e seu conceito do sistema-mundo. Este conceito é a constatação de como o sistema internacional se organiza como um todo integrado, cuja edificação repousa nas relações de exploração dos países mais pobres pelos mais ricos. A própria organização político-econômica dos Estados para com os outros Estados se efetua a partir da observação dessa hierarquia.

Uma evidência muito astuciosa que Wallerstein traz é de que para perceber como o poder se consolidou ao longo da história da humanidade em diferentes pontos do globo basta que olhemos como a própria distribuição do capital se deu.

Os Estados, segundo o autor, podem se dividir, de acordo com uma série de fatores, principalmente em termos econômicos e de acordo com o que produzem, em



centrais, semiperiféricos e periféricos. Na relação de troca, aqueles primeiros dominam a produção de bens e serviços de última geração, que aglutina mais valor, ao passo que os últimos se restringem a produção de bens e serviços mais básicos, de pouca tecnologia relativa e que, por isso, possuem valor mais baixo (WALLERSTEIN, 1974, p. 162).

Interessante abrir um parêntese: essa estrutura é imputada, da forma mais profunda que se possa imaginar, aos atores mundiais pelos países centrais. Fugir à regra torna-se tão desafiante a estrutura como praticamente inviável tendo em vista o cerco construído de forma a congelar o *status quo*.

Como marxista, não poderia ser diferente: o colapso do capitalismo é inevitável tendo em vista sua própria dinâmica. O foco, por sua vez, está na luta de classes, e não o Estado, como trouxe Lênin.

O (NEO) REALISMO E O PÓS-GUERRA FRIA

Se nos anos 1980 intensificam-se os debates neo-neo (entre neorrealistas e neoliberais), por outras novas correntes começaram a tomar mais força entre os produtores de conhecimento das Relações Internacionais. Não obstante, é com o fim da Guerra Fria que o (neo) realismo enfrentaria um novo teste de fogo.

A falta de previsibilidade da queda da URSS e a ineficiência do realismo em explicar acontecimentos próprios de um mundo globalizado eram algumas das críticas que se acumulavam cada vez mais. Kenneth Waltz, mais uma vez, toma a liderança, incorpora as críticas e propõe explicações e justificativas que buscam continuar dando sustância à corrente realista.

Neste contexto temos três denominações dentro do neorealismo, que demonstram a trajetória que o realismo teve após a Guerra Fria: o realismo defensivo, o realismo ofensivo e o realismo neoclássico. Waltz, para que se saiba, integrava a primeira denominação, cuja ideia vem logo a seguir.

Na primeira denominação se tem a conclusão de que o Estado, mergulhado num cenário de incertezas, precisa agir para manter sua própria sobrevivência. O crescimento, em termos militares, de um Estado gera automaticamente temores seja numa potência dominante, seja num país pequeno, e cujos cálculos apontam para uma ação racional que vise neutralizar ou minimizar ao máximo os eventuais efeitos negativos que possam surgir com os movimentos que se observam do outro lado da fronteira.

Entre os liberais ofensivos a ideia base é de que o Estado deixa de maximizar seus esforços para sobreviver para maximizar seus esforços em projetar seu poder. Uma vez que algum Estado se sentir forte o suficiente, haverá guerra. Chegam à conclusão de que vale mais a pena se projetar do que manter a balança do poder equilibrada. Se a anarquia é incerteza, na visão ofensiva ela também se torna uma prioridade. Um dos grandes nomes dessa perspectiva é John Mearsheimer.

No realismo neoclássico, por sua vez, se defende que é necessário entender as variáveis econômicas, políticas, culturais, etc., de um país para poder fazer uma leitura profunda sobre seu comportamento. Embora estejam num mesmo sistema (anárquico, no caso), os Estados apresentam variáveis que são independentes e cujas apreensões nos ajudam a entendê-los, e que não necessariamente estão na estrutura internacional. As



especificidades, portanto, serão as peças chaves para uma clareza que se pretende ao analisar um Estado.

Ainda sobre o realismo neoclássico, a anarquia – que continua sendo a variável fundamental por excelência – ajuda a compreender o contexto, mas não dá conta de explicar, por exemplo, o comportamento ou o que norteia as decisões de cada Estado.

Outro nome que defenderá o realismo nesse momento de críticas é o de William Wohlforth que, dentre os principais argumentos, ressalta que a queda foi do desafiante (no caso a URSS no contexto da Guerra Fria) e não dos EUA, e que isso diminui o impacto da falta de previsibilidade por parte da corrente.

Para ele, por mais que o fim da guerra tenha sido um fenômeno imprevisível, as premissas do realismo não deixaram de ser verdadeiras. Um único evento não é requisito para invalidar toda uma teoria. Uma anomalia, aponta o pensador, sempre será uma anomalia, e que a ciência não funciona deste jeito: com uma anomalia derrubando todo um paradigma.

Aliás, a pergunta dos realistas – reforçada pelo mesmo Wohlforth – é: alguma outra teoria conseguiu prever o fim da Guerra Fria? Então o desafio do realismo é superar a obsessão pela não previsibilidade e concentrar esforços que ajudem a entender as tomadas de decisões a partir do pensamento ainda frágil de Waltz. E concluem: o realismo continua providenciando elementos de análise da realidade internacional. Os discursos que pregam a incapacidade da corrente, portanto, não procederiam.

São dessas críticas que surge o dilema do “*a priori versus a posteriori*”. Ao passo que naquele primeiro o conhecimento vem antes, pois consegue prevê futuros eventos, na última o conhecimento só é formulado após o acontecimento do evento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, fruto de revisão de literatura e reflexões que vão sendo gradativamente tecidas, ganha vida própria ao provocar meditações sobre o cenário internacional que começa no início da década de 1970, com a aproximação entre EUA e URSS no âmbito das negociações que marcariam uma trégua, pelo menos até a invasão soviética do Afeganistão em 1979, que marcaria um giro de cento e oitenta graus no âmbito das Relações Internacionais.

Pensar no desenvolvimento das Relações Internacionais como disciplina privilegiada que analisa, acima de tudo, as relações entre os seres humanos em nível de além das fronteiras nacionais, requer que voltemos nossos olhares para os contextos históricos que o corpo teórico atravessa ao longo do tempo, e que sofre influência de diversos pensadores que buscam criar um conjunto de premissas que seja consistente e que dê conta de se tornar universalmente aceito pelos demais estudiosos da área.

Neste trabalho abordar-se-ão três concepções teóricas que ou reinavam até então – como é o caso do neorrealismo – ou que emergiam com força graças às mudanças que se davam no mundo nos anos setenta do século vinte – caso do neoliberalismo e do marxismo. Com a queda do Império Russo e com o surgimento da URSS, tudo indicava que o cenário internacional se redesenharia por meio de seus próprios atores. E é aí que o marxismo entra para explicar essas mudanças de acordo com seus pensadores, dos mais clássicos aos mais modernos.



Não obstante, no contexto da Guerra Fria, os soviéticos declinam, em termos econômicos, muito mais rápido do que os americanos. Pode acontecer, portanto, do desafiante entrar em colapso ou cair antes que o hegemon. Os soviéticos, no início da guerra com os EUA, sabiam de suas limitações quando comparadas as capacidades dos dois. Mas isto não impede que a URSS crie toda uma estrutura de influência – sólida, que se diga de passagem – no globo.

As ideias marxistas, embora não tenha focado diretamente o Estado e as Relações Internacionais, surgem como uma fonte inspiradora para pensar e produzir algumas generalizações sobre a disciplina. Não é por de forma aleatória que teóricos como Lênin e Wallerstein desenvolvem um corpo teórico que pensa o Estado e o meio internacional por um viés marxista.

O marxismo, na concepção trazida por este trabalho, ganha maior destaque na agenda de estudos das Relações Internacionais principalmente por causa da Revolução Russa de 1917, que inauguraria a URSS. Um país em que a classe trabalhadora lograria subverter a ordem marcada até então pela exploração que é própria do sistema capitalista.

O neoliberalismo, por sua vez, defendendo que o realismo se tornava cada vez limitado em descrever a realidade, traz a *détente* como um evento que prova que o liberalismo é uma alternativa paradigmática mais próxima do que estava acontecendo. É este debate “neo-neo” que nos levará a reflexões muito importantes sobre a estruturação da disciplina.

Finalmente, reforça-se que a ciência enfrenta desafios constantes em propor alternativas substanciais que analisem um mundo que se torna cada vez mais complexo, com eventos inimagináveis – pelo menos num curto prazo – e que requer de todos os internacionalistas uma formação crítica para que tais nuances sejam apreendidas de forma profunda. Aliás, enquanto novos atores vão ocupando, pouco a pouco, novos espaços de destaque no mundo, EUA e União Europeia se deslocam do centro das atenções (RICARDO, 2018, p. 4).

REFERÊNCIAS

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Tradução de João Abel. Lisboa: Editorial Avante, 1974.

KEOHANE, Robert Owen; NYE JR, Joseph Samuel. *Power and Independence: World Politics in Transition*. 3 ed. Boston: Little-Brown, 1989.

KUHN, Thomas Samuel. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 5 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.



LAKATOS, Imre. *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza, 1989.

LENIN, Vladimir. *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*. Paris/Moscú: Sociales/du Progrès, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). *Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MORAVCSIK, Andrew Maitland. Taking preferences seriously: a liberal theory of international politics. *International Organization*, v. 51, n. 4, p. 513-553, 1997.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. *Pesquisa e Debate*. São Paulo, v. 19, n. 2 (34), p. 195-219, 2008.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: NIEMEYER, Almeida Filho. *Desenvolvimento e dependência – cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

POPPER, Karl Raimund. *Conjecturas e Refutações (O Progresso do Conhecimento Científico)*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; TORRACA, Julia Ferreira; SILVA, Julio Castro Alves de Lima e. Um novo olhar sobre um Antigo Debate: A tese de Prebisch-Singer é, ainda, válida?. *IE-UFRJ Discussion Paper*. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2014/TD-IE-003-2014.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2018.

RICARDO, Jonathan Guedes da Silva. Relações diplomáticas entre Brasil e México: desvendando ambições e desconfianças entre os dois gigantes da América Latina. *Revista de trabalhos acadêmicos – Universo Campos dos Goytacazes*, v. 1, p. 1-15, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1974.